Do Manuscrito ao Livro Impresso II

Andrade, A. & Carrington, C. (2020). *Do Manuscrito ao Livro Impresso II*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 390 pp. [DOI: 10.14195/978-989-26-2074-9]

Conquanto díspares no que ao seu objeto de investigação diz respeito, os onze artigos coligidos na obra em epígrafe – resultando das contribuições da terceira e quarta edições do Ciclo de Conferências com título *Do Manuscrito ao Livro Impresso*, que decorreram no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, no primeiro semestre dos anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019 – encontram-se irmanados num propósito comum, o de refletir sobre a área temática dos Estudos do Livro e da Edição, numa perspetiva, fundamentalmente, histórica. Segundo se pode inferir pela leitura do índice do livro, os estudos – antecedidos, cada um deles, por um resumo e respetivas palavras-chave e seguidos por uma lista de referências bibliográficas, cuja seleção e mobilização se revela rigorosa e cuidada, como, aliás, é expectável num projeto que, como este, se quer de qualidade – encontram-se dispostos pela ordem alfabética do nome do seu autor, critério que se revela objetivo e, portanto, perfeitamente adequado.

Cristina Costa Gomes (pp. 19- 52) discorre sobre a representação da China nas obras de alguns humanistas e homens das letras portugueses – como sejam, por exemplo, Garcia de Resende, Damião de Góis, Jerónimo Osório, João de Barros ou Frei Gaspar da Cruz –, com o objetivo de evidenciar a relação de continuidade temática que com eles estabelecem *Os Lusíadas,* que, (in)diretamente, referenciam esse país. Advoga a autora que nada, na epopeia camoniana, constitui uma novidade, já que o texto acaba, segundo demonstra, por ressumar *topos* bastante (re)correntes nos textos da época. Embora dissinta, aparentemente, da linha temática do livro em que se encontra coligido, este rigoroso estudo

revela-se bastante original, contribuindo para atestar o caráter pluridisciplinar dos Estudos do Livro e da Edição que, não raras vezes, estabelecem ténues fronteiras epistemológicas com os Estudos Literários.

Ambientando a sua investigação também no século XVI, Carlos A. Martins de Jesus (pp. 53-73) dá-nos a conhecer o manuscrito da *Septuaginta* (BH UCM 22 = 442 Rahlfs) e reflete sobre as condições do seu desaparecimento e recente recuperação. Focando-se na relevância editorial do códice madrileno, defende o estudioso que terá esse texto sido utilizado nos processos editoriais de preparação das duas primeiras edições da *Bíblia Grega,* em Veneza e Alcalá. Mais valiosas do que as informações que o estudo nos transmite, são as interrogações que nos apresenta. Na verdade, este texto, de pendor fundamentalmente divulgativo e iniciático, dá, pois, conta da ampla floresta de investigação que, em torno deste códice, há ainda por desbravar. Referimo-nos, claro está, às investigações ulteriores que sobre a sua história, fontes e usos editoriais se podem vir a realizar.

Abandonando a realidade de quinhentos, viajamos, com o texto de Daniel Melo (pp. 75-130), até aos séculos XX e XXI, palco temporal de atuação da Ulmeiro, editora de resistência, cuja prática editorial, de feições contraculturais, se revela social e politicamente comprometida. Com profundidade e rigor, o estudioso traça o percurso histórico desta casa, desde a sua abertura, como livraria-distribuidora, em 1969, até à contemporaneidade, notando que, a partir dos anos de 1990, entra num período de crise. É nessa baliza temporal que analisa, com detalhe, a sua produção editorial, pondo em evidência a centralidade das coleções na sua estratégia e a primazia do livro político. Julgamos ter faltado ao autor a ponderação sobre a dimensão económica que, a par da cultural e política, terá certamente levado a Ulmeiro a apostar nalguns dos títulos que produziu.[1]

Gregorio Rodríguez Herrera (pp. 131-174), pretendendo estudar, no seu artigo, os florilégios latinos, começa por definir esse género e defende que, não obstante tratar-se de textos didático-ensaísticos, que excisam obras anteriores, acabam por ser providos de carácter original, assumindo, por esse facto, um lugar no cânone. Depois deste valioso enquadramento introdutório,

[1] A prática editorial desta editora não foi, acreditamos, alheia a uma vertente venal, embora o estudioso pareça tê-la negligenciado. Todas as produções culturais resultam do imbricamento dos campos cultural e económico. Leiamos, a este propósito, o nosso recente estudo «Entre a arte e os números: Eça de Queirós & Companhia Ficcional» (URL: https://ria.ua.pt/).

Gregório apresenta-nos, de maneira naturalmente breve, mas, ainda assim, completa, os principais âmbitos de investigação que em torno deste género existem. Estendendo o seu olhar à contemporaneidade, nota o autor que nela vemos pulularem um conjunto de projetos editoriais que reproduzem e/ou reinventam os formatos medievais e renascentistas dos florilégios e, em algumas situações, repetem idênticos extratos dos autores latinos incluídos nas antologias medievais. Termina o seu estudo, refletindo sobres os motores de pesquisa, que se revelam fundamentais para desenvolver uma investigação completa e comparativa das compilações. Indiretamente, sugere-nos este trabalho uma relevante análise que merecia a pena ser realizada: abundando, no nosso entorno, um conjunto de ofertas editoriais e de *merchandising* que coligem citações de autores clássicos e contemporâneos – as agendas literárias que, quase todas as editoras, publicam, são cabal exemplo –, deveríamos, pois, ponderar a representatividade destas práticas no contexto editorial português, tentando perceber de que maneira se relacionam com o género medieval.

A UNICEPE mereceu o estudo de Inês Costa (pp. 175-202). Nele, a autora apresenta-nos os agentes e circunstâncias da fundação desta cooperativa livreira portuense e desenha, além disso, o seu percurso, cuja atividade, não raras vezes, é abalada pelas ações legislativas e repressivas do seu principal contendor, o Regime Salazarista. Também esta inteligente contribuição nos suscita comentário semelhante ao que tecemos a propósito da de Daniel Melo: se é certo que a cooperativa não almeja o lucro, já que a sua atuação tem o fito de «servir os sócios ou consumidores em geral» (p. 179), exercendo influência cabal no panorama cultural, ao lutar «contra a uniformização da cultura e da informação» (p. 200), mereceria, ainda assim, ser estudada a (maior ou menor) relevância que a vertente comercial assume na seleção dos projetos editoriais.

O texto setecentista de Tomás Pereira sobre o Budismo Chinês é tema do artigo de Isabel Murta Pina (pp. 203- 230). A autora, inserindo o escrito no panorama da sua produção, reflete sobre o seu caracter original, revelando que Pereira aborda, «com uma profundidade inaudita» (p. 221) para a época, a vida do Buda histórico, baseando-se diretamente num livro chinês, e suprimindo-lhe toda a informação que considerava inútil. Estamos, pois, perante a primeira biografia do Buda, numa língua europeia, recolhida de fonte chinesa, como, reiteradamente, nota a investigadora.

Num relevante ensaio, João Luís Lisboa (pp. 231-260) medita sobre as práticas censórias, numa perspetiva diacrónica. Na análise que realiza, põe em evidência as suas diferenças e similitudes, concluindo que, não obstante as especificidades de cada época, tais práticas apresentam, na sua essência, diversas

características que se revelam constantes. Neste inteligente artigo, o autor interrelaciona, além disso, a censura com as técnicas/modalidades de produção e de reprodução da palavra escrita, concluindo que, quando o livro se multiplicou, adquirindo, consequentemente, importância no quotidiano das pessoas, a censura tornara-se, pois, «um assunto de todos» (p. 257). Inserto numa área temática já merecedora de uma caudalosa bibliografia, esta contribuição veio, ainda assim, apresentar uma visão sistematizada e original sobre o tema.

A versão portuguesa de *História dos trabalhos da sem ventura Isea natural da cidade de Epheso, e dos amores de Clareo e Florisea* é, como aduzem Júlio Costa e António Andrade (pp. 261-308), um caso editorial raro, por não apresentar indicações do autor, tradutor, impressor, local de impressão ou data. É este vazio que os autores pretenderam mitigar. No artigo fazem, pois, o levantamento das caraterísticas formais do livro e procedem a um análise dos carateres tipográficos e xilográficos, os quais comparam com centenas de publicações portuguesas de quinhentos, facto que lhes permitiu avançar com um conjunto de possíveis hipóteses a propósito da obra: terá sido impressa em Lisboa, na segunda metade do século XVI (1556-1563) e dada à estampa por João Flávio, já que é na sua oficina tipográfica que, por exemplo, foram impressas quatro obras que utilizaram também as iniciais xilográficas A, C, S_1 e S_2. Os autores dão também explicação ao vazio paratextual que caracteriza o texto: porque se tratava de uma «obra potencialmente problemática a vários títulos» (p. 303), por haver sido editada clandestinamente, não foi nela identificado, defendem os estudiosos, o nome do impressor nem do tradutor-adaptador ou outras informações, como sejam o lugar e o ano de publicação. Está, pois, dado, com este original estudo, um avanço significativo no que ao estudo desta publicação diz respeito, embora não seja ela, como salientam os autores, solo infértil para investigações ulteriores.

A figura de Frei Manuel do Cenáculo é alvo da atenção hermenêutica de Maria Martins (pp. 309-420), que se centra nos seus últimos dias vividos em Lisboa, antes de haver renunciado ao lugar de presidente da Real Mesa Censória e de se retirar para o seu Bispado de Beja. Baseada, fundamentalmente, num apontamento do *Diário* de Frei Manuel do Cenáculo, então presidente da Real Mesa Censória, a investigadora explica o que impeliu o religioso a esta tomada de decisão: fora acusado de maquinar, com o Marquês de Pombal, com quem mantinha regular contacto, a ascensão ao reino de D. José, em detrimento de D. Maria. Como agravante, vê-se, ainda, acusado, como coautor, de roubar e vender livros proibidos pelo organismo censório que presidia. É neste contexto, apresentado com pormenor pela estudiosa, que Frei Manuel se vê

impelido a exercer funções prelatícias. O vazio biográfico e bibliográfico que existia em torno da (última) fase de vida desta importante figura do Iluminismo é, assim, com este texto, escaqueirado pela investigadora.

Paulo Franchetti (pp. 321-366), num longo e bem organizado artigo, traçou a história das editoras universitárias brasileiras. Defende o autor que a um período dourado – as últimas décadas do século XX e a primeira do atual – se sucede, após 2016, momentos de declínio, intimamente relacionados com um «sistemático ataque à universidade pública, à pesquisa universitária e à liberdade de opinião» (pp. 325-326), consabidas consequências do regime de extrema-direita que neste país domina. Falta, em contexto português, um estudo desta índole, que, de maneira minuciosa, analise a (ampla) produção editorial das nossas universidades.

O conhecimento prático, propiciado pelas longas décadas que dedicou ao setor editorial, aliado à sua avisada lucidez reflexiva permitiram a Rui Beja (pp. 367-390) pensar, no seu artigo, sobre a função do editor, cuja ação, como sabemos, não é puramente económica nem cultural, mas antes económico-cultural. Estamos diante de um estudo esquemático, que se apresenta, julgamos, fundamental para a compreensão da função do mediador editorial. A antologia que aqui recenseamos termina, pois, com um contributo que, além de original, vem complementar a ampla bibliografia já existente sobre o tema.[2]

Este livro – que, como esclarecem os coordenadores científicos, no seu prefácio, é uma empresa de cariz científico-pedagógico, pensada no sentido de aliar investigação e ensino, propiciando «aos alunos do primeiro e do segundo ciclos um contacto privilegiado com os diversos temas da História do Livro e da Edição abordados pelos especialistas nas suas conferências» (p. 12) – cumpre cabalmente os propósitos para os quais foi pensado. Na verdade, as rigorosas aportações aqui patenteadas, além de representarem um notável contributo bibliográfico para a área científica em que se inscrevem, encontram, ademais, correspondência com os programas das unidades curriculares da Licenciatura e Mestrado em

[2] Referimo-nos a obras como, por exemplo, Medeiros, N. (2012). Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição. *Revista Angolana de Sociologia*, 9 (pp. 33-48); Poirier, P., & Genêt, P. (2014). La fonction éditoriale et ses défis. In M. Vitali-Rosati, & M. E. Sinatra, *Pratiques de l'édition numérique* (pp. 15-29). Montréal: Presses de l'Université de Montréal; ou Winkin, Y. (1977). L'agent double. Éléments pour une définition du producteur culturel. *Cahiers JEB*, pp. 43-50.

Estudos Editoriais da Universidade de Aveiro – com especial incidência nas de *História do Livro e da Edição*, de *História e Cultura do Livro* e de *Tipologias da Edição* –, acabando por, em larga medida, complementá-los. Bebendo das aportações destes especialistas, os alunos tiveram, *in praesentia*, nas conferências, ou têm, através da leitura deste livro – verdadeiro espaço de saberes reunidos –, a oportunidade de verem aprofundados os seus conhecimentos, podendo, inclusivamente, deparar-se com ideias de investigação, algumas por nós sugeridas nesta recensão, que se revelam úteis para os seus trabalhos e dissertações. Fazemos votos de que estas iniciativas possam prosseguir e que os resultados últimos delas obtidos – como é o caso deste livro – possam multiplicar-se.

*Filipe Senos Ferreira**

* Filipe Senos Ferreira é Mestre em Estudos Editorais pela Universidade de Aveiro, com uma dissertação intitulada «Entre a arte e os números: Eça de Queirós & Companhia Ficcional». URL: https://ria.ua.pt/handle/10773/3175. Desenvolve investigação no âmbito dos Estudos da Edição e da Literatura Portuguesa do século XIX e tem desempenhado funções docentes no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, sendo, também, e-professor do Mooc ApPT-UA – Aprender Português com a UA.